

Cotação

- Dólar: R\$ 5,49
- Euro: R\$ 6,37



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 21 de Agosto de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	22 de Agosto
• Dia Internacional de Lembrança e Tributo às Vítimas do Terrorismo • Dia do Início da Semana Nacional da Criança Excepcional • Dia Nacional da Habitação	• Dia do Folclore • Dia do Supervisor Escolar

Agenda do dia

Hoje	22 de Agosto
• Sem agenda	• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Notícias das Praias • Rock News Litoral • Studio Web - Rádio do Miau • Diário Caiçara • Tamoios News • Boca no Trombone • Jornal Massaguaçu • A Canoa Digital • Radar Litoral • Agora Vale • Jornal do Litoral • TV Thati • Denuncie Aqui • Repórter Online Litoral • Jornal Agora Litoral Norte • Rádio Morada • Fala Caragua • Expressão Caiçara • Notícias do Litoral Norte • Jornal Leia

Índice

Política.....	4
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
Folha de São Paulo.....	9
Folha de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
O Estado de São Paulo.....	13
O Estado de São Paulo.....	14
Estado de São Paulo.....	15
Estado de São Paulo.....	16
Prefeitos do Litoral Norte e secretário de Estado se reúnem para tratar da duplicação da Rio-Santos, no trecho entre Caraguatatuba e Ubatuba.....	17
Caraguatatuba discute programa de recuperação do jundu em audiência pública.....	18
Cotidiano.....	19
Caraguatatuba acolhe população em situação de rua com evento 'Semas em Ação'	19
💙 Caraguatatuba acolhe com dignidade! 🙌🌟.....	20
Caraguatatuba realiza Semana de Prevenção às Deficiências.....	21
Caraguá reforça linhas de ônibus em bairros da zona sul e passa de 38 para 50 viagens diárias.....	22
Caraguá reforça linhas de ônibus na zona sul e amplia viagens diárias.....	23
Polícia Ambiental realiza operação de controle de invasões e degradação em áreas de restinga em Caraguatatuba.....	24
Reunião do Conselho Rural e da Pesca de Caraguatatuba apresenta programas e orientações para fortalecimento do setor.....	25
Caraguatatuba promove palestras na Semana Municipal de Prevenção às Deficiências. Confira a programação:.....	26
Caraguatatuba intensifica vacinação contra febre amarela.....	27
Geral.....	28
GCM de Caraguatatuba apreende menor com drogas e captura procurado pela Justiça em ações distintas.....	28
GCM detém menor por tráfico de drogas em Caraguatatuba.....	29
🚓🚔 Madrugada de terror em Caraguatatuba!.....	30
Mais de 500 porções de cocaína são encontradas em casa de veraneio em Caraguatatuba.....	31
Esporte e Turismo.....	33
Caraguatatuba recebe 5ª edição do Cocanha Open de Beach Tennis com mais de 500 inscritos neste fim de semana.....	33
Caraguatatuba disputa finais estaduais do JEESP em Águas de Lindóia.....	35
Atletas de Caraguatatuba conquistam 18 medalhas na terceira etapa do Circuito Paulista de Jiu-Jitsu.....	36
➡️ Confira a matéria completa no site.....	37

Irmãos Richard e Breno Gomes são campeões do BT10 em São Sebastião.....	38
Cultura.....	39
Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta (21) em Caraguatatuba.....	39
Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta em Caraguatatuba.....	40
Feira de economia criativa e caiçara começa nesta quinta Caraguatatuba.....	41
Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta em Caraguá.....	42
Reportagens Passadas.....	43
Reportagem no programa Jornal Vanguarda.....	43
Clipping Eletrônico.....	43
Entrevista com a Vereadora, Vilma Teixeira, para a TV Câmara.....	43

Política

Folha de São Paulo



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino em sessão da Primeira Turma. Rosini Coutinho/Divulgação STF

STF se divide sobre ação de Dino para blindar Moraes; ala vê falta de firmeza de bancos

Determinação de ministro gera reações no tribunal e atropela plano de Zanin, que apostava em cautela sobre sanções de Donald Trump

Cézar Feitoza e Catia Seabra

BRASÍLIA A decisão do ministro Flávio Dino de usar ação de outro tema para tentar blindar Alexandre de Moraes de sanções dos Estados Unidos dividiu membros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Com o despacho, Dino acabou se antecipando a Cristiano Zanin, relator da única ação existente no Supremo especificamente sobre a aplicação da Lei Magnitsky, em meio à avaliação de uma ala do tribunal de que faltava firmeza aos donos dos bancos para lidar com a pressão de Donald Trump.

Zanin havia sinalizado a interlocutores no STF e no mercado financeiro que não daria nenhuma decisão às pressas, sem antes ouvir os bancos e outros envolvidos no tema. Dino, por sua vez, aproveitou a relatoria de uma ação sobre o rompimento da barragem de Mariana (MG) para determinar, imediatamente, que ordens de governos estrangeiros não podem ser aplicadas no Brasil sem homologação do Supremo.

Parte dos magistrados da corte avalia que, mesmo sem ser o responsável pelo tema no tribunal, Dino quis dar um recado aos bancos que operam no Brasil. Em conversas reservadas, o ministro sinalizou que as instituições estão proibidas de aplicar as sanções a Moraes e que punirá quem desobedecer a determinação.

Dessa maneira, Dino seguiu caminho diferente do que pregava uma ala do tribunal, que apostava na cautela prometida por Zanin.

A decisão de Dino foi resultado de conversas entre integrantes do STF e banqueiros nas últimas semanas. A avaliação desse grupo no Supremo foi de que deveria haver uma contraposição aos ataques do governo Trump con-

tra a soberania, segundo dois ministros ouvidos pela Folha.

Um ministro do Supremo afirmou, sob reserva, que chegou a comunicar aos donos de bancos que o tribunal poderia dar uma contraordem, na tentativa de anular os efeitos da Lei Magnitsky em território brasileiro. A decisão de Dino seria a confirmação dessa contraordem.

Também havia expectativa entre integrantes do governo Lula (PT) sobre uma decisão da Suprema Corte brasileira que oferecesse proteção a Moraes. A dúvida era sobre a forma como a ordem viria, uma vez que a posição de Zanin, contrária a uma decisão apressada, era conhecida.

Representantes dos bancos afirmam, no entanto, que a sanção contra Moraes e a decisão de Dino os deixam em posição delicada.

A avaliação de um banco consultado pela Folha é que a sanção dos americanos não significava, necessariamente, que a legislação dos EUA seria aplicada no Brasil. O temor é com os desdobramentos fora do país de eventual descumprimento da Lei Magnitsky em território brasileiro.

A decisão de Dino, portanto, abriu uma nova estratégia de atuação do Supremo contra as ofensivas do governo Trump.

O caso estava sob o comando de Zanin porque ele havia sido sorteado relator de um pedido feito pelo líder do PT que pede para o Supremo barrar a aplicação da Lei Magnitsky no Brasil. O ministro avisou a interlocutores no tribunal que não pretendia tomar decisão no curto prazo.

O relator enviou o caso à PGR (Procuradoria Geral da República) para manifestação e quer ainda conhecer a posição de outras partes interessadas no processo,

como a AGU (Advocacia-Geral da União) e a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

A decisão de Dino acabou mudando esse plano. O ministro tomou a decisão em um processo alheio ao caso, sem ouvir as partes interessadas, e ainda abriu a possibilidade de punir bancos que aplicarem as sanções financeiras contra Moraes.

Especialistas ouvidos pela Folha avaliaram que a medida se destaca mais como recado político do que pelo impacto jurídico.

Horas após Dino tentar blindar o colega, o Departamento de Estado americano publicou nas redes sociais um texto dizendo que Moraes é "tóxico para todas as empresas e indivíduos que buscam acesso aos Estados Unidos e seus mercados" e que "nenhum tribunal estrangeiro pode anular as sanções impostas pelos EUA".

Na decisão de segunda, Dino argumentou que leis e ordens estrangeiras não produzem efeitos em relação a pessoas por atos praticados no Brasil. "O precedente afirma o critério de territorialidade, determinando a incidência da autoridade brasileira sobre dados coletados e tratados no Brasil", disse o ministro.

Dino ordenou que esse entendimento não se restringe aos casos relacionados à tragédia de Mariana — objeto da ação —, mas busca "afastar ameaças à segurança jurídica em território pátrio".

Em despacho nesta terça-feira (10), Dino complementou sua decisão, informando que os tribunais internacionais oriundos de acordos que o Brasil é signatário — como o Tribunal Penal Internacional — não são afetados pelas restrições nem deve ter suas decisões referendadas pelo Supremo. **Leia mais na pág. A15**

Folha de São Paulo

EUA cancelam evento militar com Brasil e acendem alerta na Defesa

Conferência espacial que seria realizada em julho em Brasília foi suspensa por decisão de Washington, que também deve ficar de fora de exercício conjunto em GO

BRASÍLIA Os Estados Unidos cancelaram um evento que estava sendo organizado com a FAB (Força Aérea Brasileira) e sinalizaram que também devem ficar de fora do principal exercício da Marinha, a Operação Formosa.

Os sinais de distanciamento de Washington preocupam o Ministério da Defesa, que tenta blindar o estratégico setor de cooperação militar da crise político-econômica que se instalou entre Brasil e Estados Unidos na Presidência de Donald Trump.

O Southcom (Comando Sul dos EUA) planejava realizar junto à FAB a edição de 2025 da Conferência Espacial das Américas. O evento, que também reuniria outros países do continente, estava planejado para o período de 29 a 31 de julho, em Brasília.

"O evento foi cancelado por decisão dos Estados Unidos no dia 23 de julho", disse a FAB em nota. Procurado, o Comando Sul dos EUA não respondeu.

Seria a quarta edição do encontro. No ano passado, o evento aconteceu em Miami, nos Estados Unidos, e contou com a presença de dez países convidados: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

De acordo com o site do Southcom, o principal objetivo da conferência anual é impulsionar a cooperação no setor espacial — não só na sua dimensão militar, mas também nas áreas econômica, de telecomunicações, pesquisa e navegação.

A Folha conversou com diferentes pessoas a par da organização da reunião. Embora os EUA não tenham explicado a razão do cancelamento, a decisão tem sido interpretada como mais um reflexo da crise entre os governos Lula (PT) e Trump.

O presidente dos EUA acusou o governo Lula e o STF (Supremo Tribunal Federal) de promo-



O ministro da Defesa, José Múcio, em evento no Palácio do Planalto. Gabriela Bello - 12.fev.25/Folhapress

verem uma "caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu no processo da trama golpista. Seu governo ainda impôs sanções financeiras contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF, além de ter cassado vistos do magistrado e de outros integrantes da corte e também de funcionários que trabalharam no programa Mais Médicos.

No front econômico, Trump aplicou uma sobretaxa de 50% sobre uma gama de produtos brasileiros. Os canais de diálogo com as principais autoridades de Washington estão bloqueados, segundo Lula e seus ministros.

Os desdobramentos da crise entre os países devem afetar ainda a Operação Formosa — principal exercício da Marinha do Brasil.

A Marinha mobiliza cerca de 2.000 militares para o exercício deste ano, com mais de cem viaturas e oito helicópteros transportados a Formosa (GO).

Desde 2023, os fuzileiros navais americanos enviam uma parcela de tropa para o exercício militar. No ano passado, a comitiva foi de 36 militares dos EUA. Foi a primeira vez que fardados da China e dos EUA participaram juntos da operação.

Três pessoas a par dos preparativos disseram que os fuzileiros navais americanos não responderam ao convite da Marinha do Brasil para participar da operação. Já o Corpo de Fuzileiros Navais da China avisou que não participará do exercício militar.

Os americanos têm participado à operação no cerrado brasileiro faz cerca de dez anos. Eles participavam no nível de observadores e aumentaram a cooperação há dois anos. Consultada, a Marinha do Brasil não respondeu.

Há resistência dentro do próprio governo Lula à participação

de tropas americanas em Formosa. Um dos assessores do presidente fez chegar à Defesa a avaliação de que era inoportuno realizar exercícios com militares de uma nação que está aplicando sanções contra o Brasil.

A avaliação feita na Marinha é que os recados de afastamento dos EUA também têm relação com o estreitamento dos laços militares entre o Brasil e a China.

Os chineses passaram a enviar tropas para os exercícios militares conjuntos no Brasil no último ano. Do lado brasileiro, o governo decidiu aumentar sua representação militar em Pequim, com o envio pela primeira vez de um oficial-geral para a adidância na embaixada.

Os sinais enviados pelos americanos não representam, porém, um rompimento na cooperação militar entre os dois países, disseram sob reserva três oficiais-gerais.

Como exemplo, eles citam que as Forças Armadas dos EUA enviaram cargueiros a Campo Grande (MS) no fim de julho para o Exercício Conjunto Tápico, cujo foco são simulações de guerra irregular, eletrônica e missões de paz.

O Exército também avança para realizar em novembro a Operação Core 2025. Trata-se de um exercício militar conjunto entre Brasil e Estados Unidos voltado a padronizar procedimentos entre as forças em operações conjuntas e missões de paz. Por ora, neste caso, não há intercorrências no planejamento, de acordo com integrantes da Defesa.

Os gestos de insatisfação dos americanos ocorrem meses após a primeira visita ao Brasil do chefe do Comando Sul dos EUA, almirante Alvin Holsey. O encontro com os militares brasileiros teve mal-estar e agendas canceladas.

Os Estados Unidos pediram que Holsey visitasse uma base do Exército em Rio Branco, no Acre. Oficiais-gerais do lado brasileiro estranharam o pedido de visita a essa base, que não costuma receber autoridades estrangeiras. Houve uma tentativa de redirecionar a agenda a Manaus, capital amazonense, mas os americanos não aceitaram — o que restringiu os compromissos de Holsey a Brasília.

Ricardo Della Coletta e César Fcitoza

Evento cancelado entre Estados Unidos e Brasil

Data A Operação Formosa, exercício da Marinha que os EUA participariam, ocorreria entre 29 e 31 de julho, em Brasília

Presenças No ano passado, o evento aconteceu em Miami e contou com a presença de dez países:

- Argentina
- Brasil
- Canadá
- Chile
- Colômbia
- Equador
- México
- Paraguai
- Peru
- Uruguai

Folha de São Paulo

Projeto para big techs prevê suspensão só por descumprimento generalizado

Versão final do documento elaborado pelo governo Lula, obtida pela Folha, usa critérios semelhantes aos da decisão do Supremo sobre Marco Civil da Internet

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO A versão final do projeto de lei de regulação das big techs do governo Lula usa critérios semelhantes aos adotados pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em decisão de junho que alterou o Marco Civil da Internet.

O texto, obtido pela Folha, é uma versão legislativa do novo regime de responsabilidade civil para as big techs proposto pelo STF — só que na esfera administrativa. O projeto tem escopo mais amplo do que a decisão sobre o Marco Civil, porque prevê responsabilidade objetiva das plataformas, além de abordar fraudes na internet e proteção das crianças no mundo digital.

A proposta não trata de combater a desinformação, tema tabu para a oposição.

O texto está pronto, mas o governo Lula deve enviá-lo ao Congresso só na semana que vem. Dessa forma, a entrega não coincidirá com a votação do PL 2628,

apelidado de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) digital, prevista para esta quarta (20).

Um artigo que vem despertando controvérsia, a partir de versão anterior do projeto revelada pela Folha, determina que as plataformas de internet devem usar “mecanismos e sistemas para promover a detecção e a imediata indisponibilização de conteúdo ilícito de terceiros” quando houver determinados crimes.

As plataformas que descumprirem essa determinação estarão sujeitas a sanções administrativas. Essas punições podem ser desde advertência até suspensão.

No entanto, nenhuma empresa será multada ou sancionada se deixar escapar um ou dois posts. Tal qual a decisão do STF, não há responsabilização por conteúdos esparsos ou únicos — é preciso haver descumprimento generalizado. Caso a empresa consiga demonstrar que fez o melhor

possível para mitigar esses riscos ou remover posts ilícitos, ela não recebe a multa nem é suspensa.

Quem julgará será a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados). O texto prevê uma versão vitaminada da agência, chamada de Agência Nacional de Proteção de Dados e Serviços Digitais e cria um Conselho Nacional de Proteção de Dados e serviços digitais.

O texto do governo vai além do STF ao determinar responsabilidade civil objetiva às empresas (independentemente de haver culpa) quando houver dano decorrente de conteúdo impulsionado ou remunerado. Se alguém se sentir lesado, pode processar a empresa, e ela pode ser responsabilizada, independentemente de ter culpa ou ter sido notificada.

O PL também prevê responsabilidade objetiva nos casos em que as plataformas deixarem de adotar “as providências necessárias para indisponibilizar ou desabilitar o acesso ao conteúdo



Principais pontos do projeto sobre as big techs

- Obrigatoriedade de exclusão de posts com conteúdo ilícito
- Punição às plataformas só ocorrerá quando houver descumprimento generalizado
- Responsabilidade objetiva das plataformas sobre conteúdo impulsionado ou remunerado
- Texto estabelece regras de transparência sobre a publicidade online
- Proíbe publicidade enganosa sobre políticas públicas

danoso, ou cessar a atividade danosa, de forma célere, ao tomar conhecimento dos fatos”.

O texto estabelece ainda regras de transparência para publicidade, com informações mínimas sobre identidade de anunciantes, público-alvo e outros.

O projeto também aumenta a responsabilidade das plataformas por fraudes cometidas por terceiros. Os provedores ficam obrigados a tomar medidas emergenciais, para prevenção de danos, após notificação (extrajudicial) de publicidade enganosa, serviços proibidos ou irregulares, seguindo o Código de Defesa do Consumidor.

Quando notificados por autoridade do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor ou responsáveis por certificação e fiscalização de produtos, as empresas teriam de agir em até 24 horas.

Em outro ponto polêmico, o texto inclui publicidade enganosa relacionada a políticas públicas.

Nasceção sobre proteção de crianças, há muitos pontos em comum com o PL 2628. Entre eles estão a exigência de vincular a adultos as contas de adolescentes com menos de 16 anos, ferramentas de supervisão parental, verificação de idade e proibição de perfilamento de crianças para publicidade. Além disso, o texto proíbe crianças abaixo de 12 anos de terem acesso a redes sociais.

Leia mais na pág. A40

Folha de São Paulo



O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, em seminário no CNJ Ana Araujo, Agência CNJ

Barroso admite 'uma ou outra derrapada', mas defende STF sobre liberdade de expressão

Ministro defende Moraes e regulação das redes, e afirma em evento do CNJ que cultura do Brasil 'continua a ser relativamente censória'

José Marques

BRASÍLIA. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, disse nesta terça-feira (19) que desde a implementação da Constituição de 1988, o tribunal tem sido "especialmente libertário em matéria de expressão, talvez com uma ou outra derrapada".

O discurso do ministro foi feito na abertura do Seminário Liberdade de Imprensa e o Poder Judiciário, realizado no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) — órgão que é comandado por ele.

Barroso citou episódios de censura durante a ditadura militar e afirmou que, em reação a isso, a Constituição de 1988 foi "bem obsessiva em matéria de liberdade de expressão", mas que ainda assim "a cultura do país ainda continua a ser relativamente censória".

"Em matéria de liberdade de imprensa e de liberdade de expressão nós temos que ter muito cuidado em qualquer regulação e em qualquer legislação, porque o passado condena. Nós temos uma tradição censória que vem desde a carta de Pero Vaz de Caminha", disse o presidente do Supremo em seu discurso.

Escrita em 1500, a carta de Caminha foi mantida em sigilo pela monarquia portuguesa à época para evitar que a informação sobre o encontro das terras que hoje compõem o Brasil fosse transmitida aos espanhóis — o documento só se tornaria público quase três séculos mais tarde.

Ele também defendeu, sem nomear o ministro Alexandre de Moraes, decisões que foram tomadas em relação a manifesta-

ções antidemocráticas nas redes sociais nos últimos anos, e mencionou o julgamento que ampliou a obrigação de plataformas digitais no Brasil ao declarar a inconstitucionalidade parcial do artigo 19 do Marco Civil da Internet.

"A ascensão das plataformas digitais e muitos abusos e articulações antidemocráticas levaram uma ou outra situação de fronteira delicada, e acho que nós fizemos uma regulação das mídias sociais muito razoável e muito ponderada, que protege a liberdade de expressão", disse.

Na ocasião do julgamento, o Supremo decidiu que as redes sociais serão responsáveis civilmente caso não removam de forma proativa, antes de determinação judicial, uma lista de conteúdos, incluindo antidemocráticos, discriminatórios ou de incitação a crimes.



A ascensão das plataformas digitais e muitos abusos e articulações antidemocráticas levaram a uma ou outra situação de fronteira delicada, e acho que nós fizemos uma regulação das mídias sociais muito razoável e muito ponderada, que protege a liberdade de expressão

Luís Roberto Barroso
presidente do STF

No evento que acontece no CNJ, será apresentada a pesquisa "Processos Judiciais sobre Liberdade de Imprensa", feita pelo Jusbrasil, pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e pelo Instituto Tornavoz, que trata de liberdade de expressão.

A presidente da Abraji, Katia Brembatti, e a co-fundadora do Tornavoz, Tais Gasparian, que também advoga da *Folha*, participam de um painel sobre assédio judicial contra jornalistas.

A pesquisa sobre liberdade de expressão analisou 24.275 decisões judiciais sobre o tema proferidas de 2015 a 2024, a partir de uma leitura feita com inteligência artificial.

No estudo, aponta-se que, nesse período, 60% das decisões entenderam que a liberdade de imprensa foi exercida regularmente, enquanto 38% entenderam que ela foi extrapolada.

Quando se analisa as decisões sobre liberdade de imprensa que falam em danos morais, em 58% o juiz ou o colegiado de magistrados entendeu que esse direito foi exercido de forma regular, enquanto em 41% entendeu-se que ele foi extrapolado.

Em uma pequena parcela de decisões, a inteligência artificial ficou indecisa a respeito das conclusões dos magistrados — por isso os valores somados não chegam ao percentual cravado de 100%.

Nos processos analisados, o assunto mais citado é "danos morais", que é mencionado em 66% das ações. Em segundo lugar vem "remoção de notícias", com 12%, seguido de temas eleitorais, com 8%.

Folha de São Paulo



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), em sessão da Casa, em Brasília. Kayo Magalhães - Zago 21 / Divulgação Câmara

Câmara aprova urgência de projeto que pune deputados por obstrução ao Legislativo

Proposta de autoria da Mesa Diretora, presidida por Hugo Motta, é resposta a motim bolsonarista do início do mês, mas não vai retroagir

Carolina Linhares

BRASÍLIA Após o motim de deputados bolsonaristas que tomou conta do plenário da Câmara dos Deputados, a Casa aprovou, nesta terça-feira (19), o requerimento de urgência de um projeto que altera o regimento interno para suspender por até seis meses, de forma sumária, o mandato de deputados que obstruam fisicamente as atividades legislativas ou cometam agressão física.

A urgência teve 266 votos a favor e 114 votos contrários, além de uma abstenção. A votação do mérito estava prevista também para esta terça, mas houve resis-

tência de parte dos deputados porque o texto amplia os poderes do presidente da Casa.

O projeto é de autoria da Mesa Diretora, presidida por Hugo Motta (Republicanos-PB), e foi protocolado nesta terça. Segundo integrantes da Mesa, a regra não vai retroagir para punir os amotinados — será aplicada apenas a partir de sua aprovação.

O texto dá instrumentos para que o presidente da Câmara possa agir com urgência nessas situações, adotando o rito sumário de suspensão do mandato por seis meses e, em seguida, análise do caso pelo Conselho de Ética.

A regra prevê, inclusive, que o

afastamento cautelar possa ser aplicado pelo presidente sem o aval prévio de toda a Mesa Diretora, que teria que confirmar a medida posteriormente.

Motta diz que a medida é "uma demonstração de que devemos ser enérgicos com esse tipo de atitude", em referência ao motim bolsonarista. Ele disse, contudo, que o texto poderia ser negociado e que não haveria necessidade de votá-lo até quarta (20).

"Pode-se conversar com os partidos, mas algo precisa ser feito", completou. Em resposta às críticas de deputados, afirmou que não tem interesse em "hipertrofiar poderes da presidência".

Com o projeto, Motta tenta se precaver em relação a novas derrotas na Mesa Diretora da Casa, que acabou forçando o presidente, na semana passada, a não adotar o rito sumário para punir os bolsonaristas amotinados.

O projeto também funciona como prevenção diante da expectativa de acirramento na Casa no contexto do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no processo da trama golpista.

O projeto inclui no código de ética dois atos que atentam contra o decoro: praticar agressão física nas dependências da Câmara e "impedir ou obstaculizar, por ação física ou por qualquer outro meio que extrapole os limites do exercício regular das prerrogativas regimentais, o funcionamento das atividades legislativas".

Motta havia sinalizado que aplicaria a punição sumária a deputados que se recusaram a desocupar a Mesa após ele ter convocado uma sessão no último dia 6.

O presidente, no entanto, acabou vencido pelos outros integrantes da Mesa, que preferiram enviar as denúncias contra os amotinados feitas por outros deputados à Corregedoria da Casa, seguindo o trâmite normal, que pode levar meses. O revés ampliou o desgaste de Motta.

Nos bastidores, a derrota de Motta é vista como forte sinal de que dificilmente haverá apoio partidário para punições severas no Conselho. Há nesse colegiado, por exemplo, quatro parlamentares que participaram do motim.

A Mesa enviou à Corregedoria representações de partidos contra 14 parlamentares bolsonaristas: Zé Trovão (PL-SC), Marcel van Hattem (Novo-RS), Marcos Pollon (PL-MS), Julia Zanatta (PL-SC), Paulo Bilynskyj (PL-SP), Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Nikolas Ferreira (PL-MG), Zucco (PL-RS), Caroline de Toni (PL-SC), Carlos Jordy (PL-RJ), Bia Kicis (PL-DF), Domingos Sávio (PL-MG), Marco Feliciano (PL-SP) e Allan Garcês (PP-MA) — que, junto de outros deputados bolsonaristas, ocuparam o plenário por mais de 30 horas em reação à prisão domiciliar de Bolsonaro.

Além deles, também está no órgão uma representação do PL contra Camila Jara (PT-MS), acusada de agredir Nikolas Ferreira durante o motim.

Deputados com representação na Corregedoria

- Zé Trovão (PL-SC)
- Marcel van Hattem (Novo-RS)
- Marcos Pollon (PL-MS)
- Julia Zanatta (PL-SC)
- Paulo Bilynskyj (PL-SP)
- Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
- Nikolas Ferreira (PL-MG)
- Zucco (PL-RS)
- Caroline de Toni (PL-SC)
- Carlos Jordy (PL-RJ)
- Bia Kicis (PL-DF)
- Domingos Sávio (PL-MG)
- Marco Feliciano (PL-SP)
- Allan Garcês (PP-MA)
- Camila Jara (PT-MS)

Folha de São Paulo

PP e União Brasil selam aliança com palmas a Bolsonaro e fala de Tarcísio

Caiado pressiona por saída do governo, mas partidos não preveem desembarque

Raphael Di Cunto
e Ranier Bragon

BRASÍLIA Com quatro ministérios no governo Lula (PT), a federação entre PP e União Brasil foi homologada em convenção nesta terça-feira (19) em Brasília com discurso de oposição, aplausos ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e cobrança de uma parte dos dirigentes para que sejam entregues os cargos na gestão petista.

O evento contou com dez governadores, entre eles Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, que é o favorito entre os dirigentes da federação para substituir Bolsonaro nas urnas. O ex-ministro Ciro Gomes, hoje no PDT, disse que estuda uma filiação e pediu união da "centro-esquerda e centro-direita".

O discurso mais longo e mais aplaudido, no entanto, foi do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). Ele afirmou que uma sigla com essa musculatura "não pode ficar acanhada", precisa apresentar projeto para o país e retirar-se do governo.

"Não podemos mais ficar sendo entrevistados e as pessoas perguntam: você tem ministros na base do governo? Você é da base ou da oposição?", disse Caiado, que acusou Lula de "roubar os aposentados" e "entregar o país ao narcotráfico". "O partido tem que ter lado. Tem que ter posição clara", defendeu.

Caiado se lançou pré-candidato à Presidência, mas não encontra apoio entre os principais líderes das duas siglas. Ele defendeu, no evento, que cada partido lance seu candidato para disputar contra Lula e que a união da direita ocorra apenas no segundo turno. Unificar as candidaturas, disse, só ajudará o petista.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), rebateu a estrat-



Tarcísio de Freitas durante formalização da federação entre União Brasil e PP. Divulgação União Progressistas

tégia ao discursar. "Temos grandes nomes, mas talvez não seja a hora de sermos a cabeça", disse. "Não seremos também os braços, condenados a estar num extremo ou de outro. A União Progressista nasceu para ser a espinha dorsal".

A fala de Caiado a favor do rompimento foi aplaudida por quase todos os políticos no palco, exceto os ministros do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), e do Esporte, André Fufuca (PP) e do vice-governador da Paraíba, Lucas Ribeiro (PP), que quer ser candidato com apoio de Lula. Eles não foram convidados a discursar.

Os ministros das Comunicações, Frederico Siqueira Filho, e do Desenvolvimento e Integração Nacional, Waldez Góes, não participaram do ato. Eles não são filiados ao União Brasil, mas são indicados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União

Entenda força da federação entre União Brasil e PP
Deputados federais 109 (1º maior bancada)

Senadores 15 (1º maior bancada)

Governadores 7 (maior número)

Prefeitos eleitos em 2024 1.328 (maior número)

Ministros dos dois partidos no governo Lula

- Frederico Siqueira Filho
- Celso Sabino
- Waldez Góes
- André Fufuca

Brasil-AP), com apoio da bancada de senadores do partido.

Outro que cobrou a saída dos filiados do governo foi o secretário-executivo do União Brasil, ACM Neto, pré-candidato ao governo da Bahia numa chapa contra o PT. A aliança entre os dois partidos, afirmou, "nos impõe assumir uma posição". "Se queremos que nosso lado seja o lado do povo brasileiro, temos que ter a consciência que o nosso lado é contra o PT, o lado contra o governo que aí está", declarou.

Apesar da defesa do desembarque, Ciro Nogueira e o presidente do União Brasil, Antonio Rueda, evitaram o tema no palco e seguiram apenas com as críticas a Lula.

Após o evento, em entrevista à imprensa, ambos disseram que a proibição para filiados integrem o governo petista ocorrerá "o mais rápido possível", mas sem

definirem data, e defenderam dialogar com os ministros para convencê-los a saírem por conta própria, sem expulsão.

Favorito da cúpula da federação para assumir a candidatura presidencial, Tarcísio de Freitas afirmou que a aliança entre PP e União Brasil é um "passo muito esperado" do amadurecimento do sistema político brasileiro.

Já Ciro Gomes citou números sobre a economia do país e afirmou que conversas com suas bases sobre uma filiação a um dos partidos da federação. O objetivo seria disputar o governo do Ceará contra o grupo do PT e do seu irmão, o senador Cid Gomes (PSB).

"Façam desse gesto, dessa iniciativa, um ato de gravitação universal. Ou seja, chame tudo o que o brasileiro pode oferecer, da centro-esquerda à centro-direita, para tirarmos o Brasil deste desastre", afirmou o ex-presidente.

Alcolumbre, que é da ala governista do União Brasil, fez a primeira fala do evento e saiu, mas pregou uma conciliação contra os extremos e afirmou que a federação não nasce como governo ou oposição. "Não aumentamos mais a divisão da sociedade", declarou. "Temos muitos problemas, e a gente tem que compreender que a política foi feita para resolver os problemas e não para criar problemas".

O evento teve até aplausos a Bolsonaro, que está em prisão domiciliar e não participou. O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), pediu aplausos ao ex-presidente e foi atendido. "Santa Catarina é um estado que vai bem porque o PT nunca governou o estado", disse.

O presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, foi o único dirigente de outra legenda no evento, mas evitou o palco e não quis dar entrevista à imprensa. Nenhum representante do PT participou do ato de união.

Nesta terça, o governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, deixou o PSDB e se filiou ao PP. Ele será o terceiro governador da sigla, que já comanda os governos de Roraima e do Acre. Já o União Brasil chefiado pelo Executivo de Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.

Após jantar com Latino, governador de SP se reúne com pai de Neymar e Wesley Safadão

Juliana Arreguy

SÃO PAULO Cinco dias após participar de um jantar com empresários na casa do cantor Latino, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se encontrou com o empresário Neymar da Silva Santos, pai do atacante Neymar, e com os cantores Wesley Safadão e Felipe Araújo em um evento de evangélicos em Barueri, na Grande São Paulo, na noite dessa segunda-feira (18).

O evento foi promovido pela Igreja Batista Lagoinha de Alphaville, comandada pelo pastor André Fernandes, e faz parte de ciclo de palestras sobre empreendedorismo para os fiéis. Apesar de não ser tratada pela organiza-

ção como culto, a palestra teve momentos de louvor e foi carregada de referências religiosas.

Tarcísio se encontrou com o pai de Neymar, Safadão e Araújo após ter feito um discurso de mais de duas horas aos fiéis e convidados. Com o empresário, o governador trocou breves cumprimentos, já que Neymar pai quer evitar os holofotes e deixou o evento logo após o fim da palestra - dois dias antes, o Santos foi goleado por 6 a 0 pelo Vasco no Campeonato Brasileiro.

Já os dois cantores estiveram como o governador em um jantar oferecido por André Fernandes a Tarcísio, logo após a palestra, no qual conversaram sobre religião e feitos do governador no esta-

Eventos recentes de Tarcísio com tom eleitoral

- Evento do BTG Pactual, em São Paulo
- Palestra promovida pelo Itaú em Cuiabá
- Entrega de batalhão da PM em Sorocaba
- Jantar na casa do cantor Latino
- Evento evangélico com pai de Neymar, Wesley Safadão e Felipe Araújo

do, quase um repertório do que foi apresentado no evento.

No evento da Lagoinha, o governador adotou um tom eleitoral e citou obras e entregas que o governo fará até o próximo ano. Publicamente, ele se diz pré-candidato à reeleição no estado.

Da fidelidade de Abraão em Gênesis às provações de Moisés em Êxodo, o governador reafirmou que a crença e obediência em Deus são os principais pilares de sua vida. Ele também citou a parábola do mordomo infiel, no evangelho de Lucas, que usa como referência para falar de administrações corruptas e que fez parte de seus discursos de campanha, em 2022, para atacar o PT.

O governador elogiou Jair Bolsonaro (PL), dizendo ser grato a ele por apostar em sua candidatura em São Paulo, e sem citá-lo, afirmou que "a humilhação de hoje será a justiça de amanhã".



EstúdioFOLHA:

Prefeitura de SP inaugura na zona leste a 11ª EMEI neste ano



Aponie a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Folha de São Paulo

Último governador do PSDB, Eduardo Riedel deixa partido e migra para o PP

Após Eduardo Leite e Raquel Lyra, que foram ambos para o PSD, pré-candidato à reeleição ao Governo de MS afirma que Brasil mudou

Raphael Di Cunto

BRASÍLIA Último governador do PSDB, Eduardo Riedel deixou o partido e se filiou ao PP nesta terça-feira (19) durante a convenção da sigla para firmar uma federação com o União Brasil. Ele disputará a reeleição para o Governo de Mato Grosso do Sul e procurou uma legenda com maior estrutura, tempo de propaganda na TV e fundo eleitoral.

"O Brasil mudou. Me sinto muito confortável de vir ao PP e encontrar lideranças políticas que carregam dentro dos seus valores e diretrizes os mesmos que eu carrego", afirmou o agora ex-tucano, que ficou 20 anos no PSDB. "Me coloco como soldado, à disposição deste partido e de um projeto para o Brasil", disse.

Riedel será o terceiro governador do PP. O partido também tem entre seus filiados o governador de Roraima, Antonio Denarium, e do Acre, Gladson Cameli.

Já o PSDB assiste à saída de todos os seus governadores eleitos em 2022. Tanto Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, quanto Raquel Lyra, de Pernambuco, já tinham migrado para o PSD.

Junto com Riedel, os três depu-

tados federais do PSDB no Mato Grosso do Sul também devem deixar o partido. Eles estudam se filiar ao Republicanos ou MDB. Já o ex-governador Reinaldo Azambuja (PSDB) deve se filiar ao PL do ex-presidente Jair Bolsonaro e disputar vaga no Senado.

As saídas ocorreram diante da perda de força do PSDB no cenário nacional. A sigla não teve candidato à Presidência em 2022, a primeira vez desde sua fundação.

O PSDB chegou a fazer prévias para escolher entre Leite e João Dória, e o então governador de São Paulo venceu. Mas, em meio a divisões internas e com mau desempenho nas pesquisas, acabou desistindo da candidatura.

O partido então participou do pleito com Mara Gabrilli como vice de Simone Tebet (MDB). Tebet não foi ao segundo turno e, diante da disputa contra Bolsonaro (PL), apoiou Lula (PT).

O PSDB também viu diminuir suas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. O partido chegou a eleger 99 deputados federais e sete governadores em 1998, além de contar com 16 senadores. Na eleição nacional passada, elegeu 13 deputados federais, três governadores e nenhum se-



O governador de MS, Eduardo Riedel, em conferência em Londres. Felipe Gonçalves - 25.08.24 / Divulgação Lide

A derrocada do PSDB no cenário nacional

Saídas de líderes partidários

- **Eduardo Leite** migrou para o PSD
- **Raquel Lyra** migrou para o PSD
- **Eduardo Riedel** migrou para o PP

Derrotas nacionais

- **2018** Geraldo Alckmin perde eleição à Presidência em primeiro turno
- **2022** PSDB não lança cabeça de chapa ao Planalto pela primeira vez

nador. Em 2024, teve sua pior eleição municipal da história.

Os tucanos chegaram a aprovar uma fusão com o Podemos para se manterem com maior estrutura e evitar uma debandada de filiados, mas a operação foi abortada diante de divergências sobre quem deveria comandá-la.

A presidente do Podemos, Renata Abreu, informou ao deputado Aécio Neves (PSDB-MG), um dos principais dirigentes tucanos, que seu partido não abriria mão de manter a presidência da futura legenda por ao menos quatro anos. A pessoa indicada para o posto seria a própria Renata.

O PSDB vinha defendendo uma transição com gestão compartilhada, com dirigentes dos dois partidos se revezando a cada seis meses no cargo num primeiro

momento, até que uma nova eleição fosse escolhida de comum acordo dois anos depois.

Antes da paralisação das negociações, os dois partidos já haviam adotado diversos passos para viabilizar a fusão.

O PSDB, por exemplo, havia aprovado a medida em reuniões de sua Executiva e em convenção. Símbolo, programa e nome da nova legenda, que provisoriamente se chamaria PSDB+Podemos, já estavam acordados.

Já o PP oficializa federação com o União Brasil, o que gerará a maior agremiação política do país, com maior número de deputados federais, senadores, governadores e prefeitos eleitos em 2024. A aliança terá de durar quatro anos e passar por duas eleições (2026, nacional, e 2028, municipal).

Lula almoça com cúpula de sigla de Motta visando diálogo para 2026

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) almoçou nesta terça-feira (19) com a cúpula do Republicanos em mais um encontro com lideranças de partidos que integram a base aliada do petista, mirando uma aproximação com essas legendas para as eleições de 2026.

O encontro ocorreu no Palácio da Alvorada, em Brasília, e contou com a participação do presidente da sigla, Marcos Pereira (SP), o chefe da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos PB), o líder da legenda na Casa, Gilberto Abramo (MG), e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, deputado federal licenciado pelo Republicanos em Pernambuco. A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), também acompanhou agenda.

Nas últimas semanas, Lula recebeu lideranças nacionais do PSD, do MDB e do União Brasil em busca de aproximar o diálogo com esses partidos.

O encontro desta terça foi descrito como positivo por integrantes do governo e políticos do Republicanos. Segundo relatos, o presidente agradeceu o apoio da bancada em votações de interesse do Palácio do Planalto e disse que quer cada vez mais ampliar o diálogo com a sigla. Um aliado de Lula afirmou que o almoço foi marcado por uma conversa franca e colaborativa.

Sobre 2026, o petista teria afirmado que entende e respeita a posição do Republicanos caso a sigla decida lançar um candidato ao pleito, citando nominalmente ao governador de São Paulo, Tarcsio de Freitas, que é filiado à legenda e considerado o candidato preferido do centrão para enfrentar Lula na eleição.

Segundo relatos, o petista também disse que é legítimo que o partido tenha uma candidatura própria e indicou que irá chamar a sigla para falar sobre o tema em 2025, quando haverá definições sobre o cenário eleitoral. Marcos Pereira teria dito que

Conversas de Lula com legendas sobre 2026

Partidos aventados

- MDB
- PSD
- Republicanos
- União Brasil

Tópicos de discussão

Eleições Lula tem buscado representantes nacionais de legendas para garantir apoio, mesmo que apenas regional, para sua campanha à reeleição no próximo ano

Aprovação de propostas O governo também pede apoio em propostas de seu interesse, como a PEC da Segurança Pública e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000

não tem como afirmar se Tarcsio será candidato à Presidência ou não, já que essa é uma decisão que cabe ao governador de São Paulo. Ainda sobre 2026, o presidente nacional do Republicanos também teria dito que entende que as questões políticas regionais são tratadas de forma diferenciada da nacional, já que há filiados na legenda que historicamente apoiam Lula.

Um caso, por exemplo, é o de Silvio Costa Filho, que tentará uma vaga ao Senado em 2026 e deverá integrar o palanque de Lula em Pernambuco.

Além disso, o presidente da República teria pedido empenho dos políticos para pautas consideradas prioritárias, como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Segurança Pública e o projeto que dá isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Ainda segundo relatos, Lula afirmou que está à disposição para construir a aprovação dessas matérias de forma conjunta com o Congresso Nacional.

Motta teria afirmado que quer ajudar o país com a aprovação de pautas importantes e que espera que este semestre seja propositivo na Câmara. Um auxiliar do petista afirmou que a relação de Lula com o presidente da Câmara, que estava abalada após a derrubada de decreto do governo sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), agora aponta para uma estabilização.

Esse é o segundo encontro entre Lula e Motta no Palácio da Alvorada nos últimos dias. O petista esteve com o deputado na residência oficial do presidente da República e também o convidou para participar de cerimônia de divulgação do plano de amparo a empresas afetadas pela sobretaxa de 50% a produtos brasileiros imposta pelos Estados Unidos no Palácio do Planalto.

Além disso, nos últimos dias, Motta também se reuniu diversas vezes com Gleisi e conversou ao telefone com outros ministros do governo, como o titular da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

O Estado de São Paulo

Bancos perdem R\$ 41,9 bilhões em valor de mercado; Dino reitera sua decisão

— Ordem do ministro do STF, que tenta blindar Moraes da aplicação de Lei Magnitsky, derruba ações; novo despacho reafirma necessidade de homologação da Justiça nacional

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino que barra restrições de "atos unilaterais estrangeiros" impostas a cidadãos brasileiros gerou um clima de incerteza no setor financeiro do País. O Ibovespa teve ontem a maior perda em quatro meses, puxado principalmente pelas ações de bancos, que registraram quedas significativas. Com o mercado digerindo os efeitos da medida que tenta blindar o ministro Alexandre de Moraes de sanções da Lei Magnitsky, Dino reiterou a determinação sobre a impossibilidade de aplicação de ordens estrangeiras no Brasil.

O Ibovespa afundou 2,10%, maior perda em porcentual desde 4 de abril, retrocedendo ao nível dos 134 mil pontos. As ações do Banco do Brasil, o mais diretamente afetado pela decisão de Dino, tombaram 6%. O dólar voltou aos R\$ 5,50 não vistos desde 5 de agosto.

"É difícil precificar as consequências se os bancos brasileiros forem cortados do sistema financeiro internacional"

Bruno Takeo
Potenza Capital

"A medida que o tom for subindo, podemos ver reflexos mais negativos para o mercado"

Rodrigo Moliterno
Veedha Investimentos

Com o desempenho negativo, Itaú, Santander, Bradesco, Banco do Brasil e BTG Pactual perderam, juntos, R\$ 41,9 bilhões em valor de mercado, segundo dados de Einar Rivero, CEO e sócio-fundador da Elos Aya Consultoria.

Como mostrou a *Coluna do Estadão*, representantes de grandes instituições financeiras do Brasil relataram um impasse entre a determinação do governo dos Estados Unidos e a da Corte máxima do País. O entendimento é o de que, embora a legislação brasileira já exija que ordens estrangeiras sejam acolhidas por trâmite específico, a decisão do ministro

torna incertos os próximos passos da aplicação da Lei Magnitsky contra Moraes.

PARECERES. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, algumas instituições estão buscando pareceres em bancas de advocacia no exterior sobre o tema — a informação fez crescer o clima de insegurança jurídica.

A Lei Magnitsky é tradicionalmente usada em casos de violadores graves de direitos humanos e terroristas, e prevê sanções como o bloqueio de contas bancárias e de bens em solo americano. No caso de Moraes, o governo de Donald Trump justificou a adoção da medida em razão do tratamento dado pelo Judiciário brasileiro ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e às empresas de tecnologia americanas.

"É difícil precificar as consequências se os bancos brasileiros forem cortados do sistema financeiro internacional. São bancos que operam internacionalmente e qualquer problema nessa linha seria muito ruim pro Brasil", afirmou Bruno Takeo, estrategista da Potenza Capital.

Na decisão de anteontem, Dino disse que "transações, operações, cancelamentos de contratos, bloqueios de ativos, transferências para o exterior (ou oriundas do exterior) por determinação de Estado estrangeiro" dependem de autorização expressa do Supremo.

Para Rodrigo Moliterno, head de renda fixa da Veedha Investimentos, as disputas de narrativas entre Brasil e EUA geram uma "crise de declarações". "A medida que o tom for subindo, podemos ver reflexos mais negativos para o mercado, a depender de como a Magnitsky for tratada. Com relação aos bancos, seria ruim se houvesse algum tipo de punição que os proibisse de operar internacionalmente."

HOMOLOGAÇÃO. No novo despacho dado ontem, Dino informou que a exigência de homologação para cumprir decisões de tribunais estrangeiros no Brasil se limita a órgãos do Poder Judiciário, e não atinge tribunais internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sobre o ponto considerado mais polêmico,

Cronologia

A escalada da tensão entre Supremo e EUA



● **21 de maio**
Secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio fala em "grande possibilidade" de Alexandre de Moraes (foto) ser sancionado pelo governo Trump



● **28 de maio**
Rubio (foto) diz que EUA vão restringir vistos de "autoridades estrangeiras e cúmplices na censura de americanos"

● **7 de julho**
Trump chama processo contra Jair Bolsonaro de "caça às bruxas". Governo Lula diz que não aceitará "interferência de quem quer que seja"

que reconhece a ineficácia de leis estrangeiras em território nacional, ele ressaltou que não havia nada a esclarecer.

Na prática, a decisão de anteontem, que não cita as sanções da Lei Magnitsky impostas a Moraes, permite que qualquer brasileiro que se sentir prejudicado por uma imposição de Estado estrangeiro em território nacional possa recorrer ao STF ou a outro órgão do Judiciário do Brasil.

"Trata-se de decisão que reitera conceitos básicos e seculares, destinados a proteger o Bra-

● **9 de julho**
Trump anuncia tarifaço de 50% aos produtos brasileiros

● **13 de julho**
Em carta pública, o presidente do STF, Luis Roberto Barroso, diz que, "no Brasil de hoje, não se persegue ninguém"

● **18 de julho**
Bolsonaro é alvo da PF e passa a usar ternozeleira. EUA revogam vistos de Moraes e de outros 7 ministros do STF

● **30 de julho**
EUA sancionam Moraes com a Lei Magnitsky



● **1º de agosto**
Barroso (foto) afirma que Corte julgará as ações do golpe "sem qualquer tipo de interferência, venha de onde vier"

● **4 de agosto**
Moraes decreta a prisão domiciliar de Bolsonaro. Departamento de Estado dos EUA ameaça de punições quem auxiliar ou apoiar o ministro

● **18 de agosto**
Ministro Flávio Dino decide que atos estrangeiros não têm efeito automático no País. Governo Trump chama Moraes de "tóxico"

sil de indevidas ingerências estrangeiras em nosso território. A decisão atende a imperativos de segurança jurídica, pois seria inviável a prática de atos jurídicos no Brasil se — a qualquer momento — uma lei ou decisão judicial estrangeira pudesse ser imposta no território pátrio", afirmou o ministro. "Não se cuida de 'escolher o que cumprir', e sim de derivação compulsória do atributo da soberania nacional, consagrada pela Constituição Federal e posto sob a guarda dos três Poderes da República."

Em reação a Dino, o governo Trump disse que nenhum tribunal estrangeiro pode anular punições impostas pelos EUA e chamou Moraes de "tóxico".

DIVERGÊNCIAS. O STF está dividido sobre os próximos passos na crise com os EUA. Alguns integrantes da Corte defendem a adoção de medidas contra empresas americanas com interesse no Brasil. Outros veem com cautela uma decisão do tipo, sob o risco de encerrar de vez a relação diplomática entre os dois países.

Na avaliação deste grupo mais cauteloso, a relação dos países já está "bastante deteriorada", mas pode piorar. Além disso, o bloqueio de recursos de empresas dos EUA é considerado resposta desproporcional, já que a gestão Trump não tomou nenhuma medida contra empresa brasileira no país.

O *Estadão* consultou quatro ministros do STF em caráter reservado. A ala que defende uma represália afirma que seria possível bloquear ativos de empresas dos EUA com interesses no Brasil. Existe a expectativa no tribunal de aplicação de novas sanções aos ministros nos próximos dias.

Essa resposta começou a ser efetivada com a decisão de Dino de obrigar bancos a consultar a Corte antes de bloquear recursos em contas de brasileiros por ordem de outro país. Nem todos os ministros concordaram com a medida. Não há previsão de quando o tema será votado no plenário.

SAIA-JUSTA. Parte do tribunal ficou desconfortável com a decisão de Dino, porque ela ampliaria a crise internacional e deixaria os bancos em uma saia-justa. Na semana passada, Moraes, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin se reuniram com banqueiros para tratar do alcance da Lei Magnitsky. Os ministros teriam ouvido que os bancos não poderiam evitar bloqueios porque o sistema financeiro internacional é interligado.

Um dos magistrados do Supremo apostou que, entre seguir as normas do sistema financeiro e a decisão da Corte brasileira, os bancos ficariam com a primeira opção. ● BEATRIZ BOCHA CAMILLY, ROSABONI, CAROLINA BRIGIDO, LAYRRA KAMICZ, LUIS EDUARDO LEAL E VINÍCIUS NOYBS

O Estado de São Paulo

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

A9

O que se trata é de conseguir ou não ignorar lei estrangeira

ANÁLISE

WELBER BARRAL

A máxima de que "cada Estado impõe territorialmente a sua lei" sobrevive nos manuais de direito internacional. Mas, no mundo real das cadeias de valor, sistemas financeiros integrados e conflitos geopolíticos, a história é mais complexa. O princípio da territorialidade é cada vez mais tensionado por normas que cruzam fronteiras, seja para punir violações de direitos humanos, proteger interesses ambientais, combater corrupção ou simplesmente afirmar valores políticos.

Nesta semana, dois episódios ilustraram os dilemas dessa prática. Primeiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Fídvio Dino afirmou obiter dicta (dito de passagem) que decisões e leis estrangeiras somente valem no Brasil quando devidamente reconhecidas. De outro,

a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) envolvendo a moratória da soja firmada por grandes traders globais, sob pressão de clientes europeus. Dois casos distintos, mas com um ponto comum: regras estrangeiras afetando diretamente o comportamento de empresas brasileiras.

A Lei Magnitsky, aprovada pelo Congresso dos EUA, autoriza sanções contra pessoas acusadas de violar direitos humanos em qualquer lugar do mundo. Os alvos têm seus bens bloqueados em território americano, são banidos do sistema financeiro local e impedidos de entrar no país. Nada disso é novo: a extraterritorialidade das sanções americanas é uma constante desde a Guerra Fria.

ALCANCE POLÍTICO. O que muda agora é o alcance político: com apenas um nome na SDN List, bancos ou entidades financeiras com agências ou ativos nos EUA devem revisar sistemas de compliance, bloquear contas e encerrar rela-

ções comerciais. O problema é que, no mundo dos fluxos financeiros e das transações digitais, a questão não é se o Brasil aceita ou não uma lei estrangeira — é se ele consegue ignorá-la sem custo.

Do outro lado, as grandes transações de commodities — dependentes do mercado europeu — aceitaram impor restrições voluntárias à origem de soja em áreas desmatadas do Brasil. Um pacto pressionado por ONGs, governos e grandes varejistas da Europa. Quando o Cade analisou a conduta, o foco foi técnico: a moratória envolvia troca de informações entre concorrentes, o que poderia violar a lógica antitruste. O órgão evitou o debate ambiental, mas evidenciou o risco de justificar à UE porque não cumprem um acordo que no Brasil pode ser considerado ilegal.

A ideia de que o direito termina na fronteira nacional é, no mínimo, simplificada. O Brasil mesmo prevê regras com efeitos extraterritoriais: o Código Penal (Art. 7º) permite a punição de cri-

mes cometidos no exterior contra brasileiros ou patrimônio brasileiro; a Lei também alcança atos de corrupção cometidos por nacionais fora do País (Art. 337-B).

Um caso paradigmático vem da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nos anos 1990, os EUA impuseram restrições à importação de atum pescado com redes que capturavam golfinhos — uma medida ambiental interna com efeitos extraterritoriais. O México contestou. O Órgão de Apelação considerou a regra americana uma barreira técnica injustificável, porque havia uma norma multilateral aplicável, o que nem sempre ocorre.

Hoje, potências como EUA, União Europeia e China impõem sanções, regras ambientais e condicionantes a empresas ou governos estrangeiros com base em vínculos muitas vezes frágeis: uma subsidiária, uma operação financeira, uma remessa que passou por Nova York. E, para proteger suas empresas, muitos países adotam leis chamadas de "anti-sanções", como o Blocking Statute europeu, que tenta blindar empresas da UE contra sanções unilaterais de outros países.

O Brasil nunca adotou norma semelhante. Esse vazio normativo deixa bancos e empresas brasileiras em dilemas incontornáveis. Dilema não apenas jurídi-

co, mas operacional. E exige mais do que notas diplomáticas ou discursos sobre soberania.

Ninguém está dizendo que o Brasil deva se curvar incondicionalmente a normas estrangeiras. Mas também pouco se pode ignorar suas consequências. No cenário atual, onde instabilidade geopolítica e disputas comerciais se intensificam, a tendência é que normas extraterritoriais se multipliquem. Ignorar esse movimento é condenar nossas empresas à insegurança jurídica.

MARCO REGULATÓRIO. Da urgência de uma abordagem institucional. O Congresso poderia debater um marco regulatório para proteção de empresas brasileiras diante de normas conflitantes. O Judiciário, por sua vez, precisa compreender os efeitos internacionais de suas decisões, especialmente em temas ambientais, financeiros ou concorrenciais. E ao Executivo cabe construir mecanismos de diálogo e cooperação com governos estrangeiros, para proteger o espaço normativo nacional.

Há que se compreender que aplicação extraterritorial de normas é, mais que tudo, exercício de poder. Neste tabuleiro, o Brasil não pode continuar jogando na classe júnior. ■

EX-SERETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Estado de São Paulo

A10

POLÍTICA

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Partidos

União Progressista nasce com divisão sobre governo

'Superfederação' foi formalizada sem definir posição única sobre gestão Lula; ato teve fala de Tarcísio e pedidos de palmas para Bolsonaro

LENY TELES
BRASÍLIA

O PP e o União Brasil formalizaram ontem a federação partidária entre as duas legendas, chamada União Progressista. No dia da criação, o grupo expôs divisão sobre ser ou não oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse que a nova federação não é contra ou a favor do governo, os presidentes do União Brasil, Antônio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira, afirmaram o contrário.

Integrantes dos partidos de oposição compareceram em



Antônio Rueda, Efraim Filho e ACM Neto no evento da federação

peso e fizeram discursos críticos a Lula. Do grupo, discursaram os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil). Ainda houve um pedido de aplausos para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Presidência de Tarcísio e Caiado cogitam o apoio da federação. O União Progressista terá a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 109 cadeiras, e no Senado, com 15 parlamentares.

Além disso, a federação terá o maior número de governadores (no total, são sete) e de prefeitos eleitos em 2024 (foram 1.383). Também terá a maior

fatia do fundo eleitoral (R\$ 953,8 milhões, segundo valores de 2024) e do Fundo Partidário (R\$ 197,6 milhões).

"A gente pode celebrar a junção de excelentes quadros. Eu, como estrangeiro (é filiado ao Republicanos) nessa reunião, quero dizer parabéns por esse passo e podem ter certeza de que o Brasil conta com vocês", disse Tarcísio.

Enquanto Ciro Nogueira define o novo grupo como "oposição conservadora", ministros de ambas as legendas mantêm os cargos na Esplanada. Caiado cobrou uma posição clara da federação.

Outras lideranças preferem dizer que o União Progressista não é nem governo nem base. "Não é um movimento de oposição e situação. Foi um movimento de política com 'p' maiúsculo com o olhar voltado para o futuro do Brasil", declarou Alcolumbre.

MINISTROS. Entre os ministros, compareceram André Fuca (Esporte) e Celso Sabino (Turismo). Além deles, o União Brasil tem outros dois indicados no governo Lula: Waldez Góes, da Integração, e Frederico Siqueira, das Comunicações. Fuca disse que está com Lula. "Meu voto pessoal é dele (Lula)", afirmou.

Há decisões ainda a serem tomadas rumo à disputa eleitoral em 2026. De um lado, alas do PP defendem maior alinhamento a Bolsonaro – já o União Brasil possui um pré-candidato para a disputa pela Presidência da República no próximo ano: Caiado.

'RUMO'. O próprio governador goiano defendeu uma posição clara da federação. "Partido tem que ter rumo, partido tem que ter voz clara. É preciso que

Posicionamento
Nome para o Planalto
em 2026, Caiado cobrou
uma definição clara
da nova federação

o partido lance candidato, tenha uma posição clara e que a posição seja derrotar Lula na eleição de 2026. Não tem opção", disse ele.

O cenário de indecisão pode render problemas no futuro em alguns Estados. Em lugares como a Bahia e a Paraíba, o PP faz parte da base do governo estadual, enquanto o União Brasil compõe a oposição e pretende disputar a eleição do ano que vem. ●

ACOLUNISTA VERA ROSA ESTÁ EM FÉRIAS

O Estado de São Paulo

A12

POLÍTICA

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

Câmara

Projeto que reforça punição a deputados terá urgência

Proposta endurece sanção a parlamentares em caso de obstrução física dos trabalhos na Casa; Motta afirma que motim não vai 'se repetir'

BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a aceleração da tramitação de um projeto de resolução que endurece a punição para parlamentares que fizerem obstruções físicas no plenário. O projeto é de autoria da Mesa Diretora da Casa.

Ele diz que o Código de Ética e Decoro Parlamentar passará a prever suspensão do exercício do mandato por seis meses ao parlamentar que "praticar agressão física nas dependências da Câmara" e "impedir ou obstaculizar, por qualquer meio que extrapole os limites do exercício regular das prerrogativas re-

gimentais, o funcionamento das atividades legislativas".

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi enfático ao defender a votação da urgência. "Algo precisa ser feito, porque, como estamos tendo movimentos completamente desequilibrados, só vamos conseguir controlar isso se tivermos sobre a mesa a condição de, se acontecer novamente episódios como aquele, a condição de punir e sermos pedagógicos com quem não cumprir o regimento interno."

Motta destacou que a matéria foi pautada diante do "grave ocorrido" na retomada dos tra-

balhos do segundo semestre, quando deputados bolsonaristas tomaram a Mesa da Câmara para impedir votações em protesto contra a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O presidente da Câmara disse que momentos como aquele "não podem e não irão se repetir" sob sua presidência. "Se acontecer novamente episódios como aqueles, temos a condição de punir, de sermos pedagógicos com quem não cumprir com o regimento interno." Segundo Motta, o projeto é um texto inicial, que pode ser negociado e alterado pelo relator. "Não há desta presidência o interesse em hipotrofiar seus poderes."

O PL foi quem mais rejeitou a proposta, com 63 deputados contrários. Já o PT foi o partido que teve maior número de deputados favoráveis: 54 votos. ● LEVY TELES, PÉPITA ORTEGA E VICTORIANA

Corregedoria

14 deputados foram alvo de representação à Corregedoria da Câmara enviada por Hugo Motta após o motim no plenário da Casa

Estados

Tarcísio indica colega de Aman para TCE

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), bateu o martelo e indicará o controlador-geral do Estado, Wagner Rosário, para o Tribunal de Contas do Estado. Rosário foi colega de Tarcísio na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). A indicação sairá no *Diário Oficial* de hoje, assim como o anúncio do substituto: o controlador-geral de Minas, Rodrigo Fontenelle, que estava no posto desde o início do governo de Romeu Zema (Novo), em 2019.

Ex-ministro da Controladoria-Geral da União no governo de Jair Bolsonaro (PL), Rosário foi à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) ontem conversar com deputados. Cabe aos parlamentares sabatinar o escolhido. A expectativa é de que não haja dificuldades na aprovação. Segundo aliados, a escolha do governador foi técnica e não levou em conta o futuro político de Tarcísio.

sio. Rosário é auditor de carreira na CGU e também chefiou a pasta no governo de Michel Temer (MDB), permanecendo no cargo entre 2017 e 2022.

A outra opção considerada por Tarcísio era o secretário da Casa Civil, Arthur Lima. Nesse desenho, Rosário assumiria a pasta no lugar de Lima.

Sabatina

Indicado pelo governador, nome para o TCE passará ainda por uma sabatina na Assembleia Legislativa

A interlocutores, ele disse que até poderia ir para a Casa Civil, desde que houvesse garantias de que não ficaria apenas alguns meses no cargo – se decidir se candidatar a presidente, Tarcísio terá de deixar o Bandeirantes em abril de 2026. O governador afirma que será candidato à reeleição.

A vaga no TCE foi aberta com a aposentadoria de Antônio Roque Citadini. ●

Estado de São Paulo

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2025
O ESTADO DE S. PAULO

POLÍTICA

A13

Operação Sisamnes

Escritório de filha de ministro do STJ funciona em imóvel de alvo da PF

Catarina Buzzi aluga sala da Fource, sob suspeita de compra de decisões judiciais na Corte; ela diz que paga valores 'compatíveis'

AGUIRRE TALENTO
BRASÍLIA

O escritório de advocacia da filha de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) funciona em um imóvel que pertence a uma empresa investigada pela Polícia Federal por suspeita de corrupção no Judiciário na Operação Sisamnes.

A advogada Catarina Buzzi, filha do ministro Marco Buzzi, ocupa um conjunto de salas em um prédio comercial da região central de Brasília. Os imóveis foram adquiridos por R\$ 1,6 milhão em março de 2022 pela Fource, empresa de Cuiabá investigada sob suspeita da compra de decisões do

Tribunal de Justiça de Mato Grosso e do STJ.

COMPATIVÉIS. Questionada pelo *Estadão*, a advogada afirmou que paga aluguel pelo uso do espaço e disse que os valores são compatíveis com os do mercado, mas não quis apresentar o contrato ou os comprovantes de pagamento. O ministro Marco Buzzi afirmou que "não tem conhecimento das relações comerciais de sua filha". O sócio da Fource, Haroldo Augusto Filho, não quis se manifestar. A interlocutores, ele afirmou que nunca se beneficiou de decisões do ministro Buzzi.

O conjunto é composto por três salas comerciais contíguas, que totalizam uma área de aproximadamente 120 m². Antes da aquisição, o local pertencia a um outro escritório de advocacia, que realizou reformas e integrou as três salas em uma só.

Conforme as escrituras registradas em cartório, as três

salas foram adquiridas pela Fource na mesma data, em março de 2022. Uma delas foi comprada por R\$ 902 mil, a segunda custou R\$ 431 mil e a terceira, R\$ 360 mil. Após a Fource ter comprado os imóveis, o escritório de Catarina Buzzi passou a funcionar lá.

O aluguel de uma área dessas dimensões no mesmo prédio custa ao menos R\$ 15 mil mensais, de acordo com anúncios de locação.

Como revelou o *Estadão*, a Polícia Federal apura vínculo entre o sócio dessa empresa, Haroldo Augusto Filho, com ministros do STJ. Ele já foi acusado pela PF de pagar propina a desembargadores de Mato Grosso e foi alvo de busca e apreensão na primeira fase da Operação Sisamnes, deflagrada em novembro do ano passado.

A PF analisa os diálogos do seu celular e encontrou conversas do empresário com Catarina Buzzi e outros familiares de



Conjunto de salas fica em um prédio comercial em Brasília

ministros. Haroldo patrocinou um evento jurídico em Cuiabá, realizado em 2022, que teve como palestrante o ministro Marco Buzzi. Os diálogos obtidos pela PF mostraram que, na ocasião, ele tentou organizar um jantar para o ministro, mas o evento não ocorreu. Nas mensagens, ele afirmou ser amigo

da filha do ministro.

PROCESSO. A investigação apurou que Haroldo usou a proximidade com Catarina Buzzi para tentar obter benefícios em processos no STJ. Uma das suspeitas é de que a Fource tem atuado em um processo que tramita na relatoria do ministro Marco Buzzi e envolve uma disputa fundiária em Mato Grosso. A Fource não consta como parte, mas um dos advogados que trabalham para a empresa ingressou formalmente nos autos. Buzzi chegou a proferir decisão favorável aos interesses da Fource, mas depois voltou atrás nessa decisão.

Questionado anteriormente, o ministro Buzzi afirmou que não teve nenhum compromisso registrado em agenda com o empresário Haroldo Augusto Filho e disse desconhecer os contratos firmados por sua filha na função de advogada. Em nova resposta à reportagem, o gabinete voltou a negar irregularidades.

"A assessoria de imprensa do STJ informa que a pessoa e a empresa mencionadas na reportagem não integram nenhum processo que esteja sob a responsabilidade do ministro Marco Buzzi. Reitera, ainda, nota anterior, segundo a qual o magistrado não tem conhecimento das relações comerciais de sua filha." ●

Estado de São Paulo

Sociedade

Plano de Lula para regular big techs segue STF e prevê controle parental

Planalto deve enviar duas propostas ao Congresso sobre plataformas digitais; os projetos evitam tratar de desinformação e focam combate a abusos e defesa do consumidor

GOIÂNIA
GUILHERME CAETANO
BRASILIA

O plano do governo Lula para regular as plataformas digitais, composto por dois projetos de lei que devem ser enviados ao Congresso nos próximos dias, incorpora o que decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade civil das empresas, prevê controle parental em redes e evita tratar de desinformação. Está prevista até a suspensão das atividades das empresas que descumprirem reiteradamente com suas obrigações, por 30 dias prorrogáveis por mais 30. Mas essa punição só seria alcançada após uma série de outras sanções, que vão de advertências e multas até a vedação do serviço, e não têm relação com a retirada de conteúdo das redes sociais.

No Brasil, serviços podem ser suspensos sem determinação judicial em diversos casos – pelo Código de Defesa do Consumidor, por cassação de alvará pelas prefeituras ou por decisão de agência reguladora, por exemplo –, mas o governo entende que seria preciso uma medida de proteção para as redes sociais, por se tratar de um serviço que afeta milhões de brasileiros. O projeto equipara o processo de suspensão dos serviços digitais ao da concessão para rádio e televisão, para evitar a possibilidade de uma suspensão direta sem ordem judicial.

O STF decidiu em junho, no âmbito do julgamento sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que as plataformas são obrigadas a remover proativamente conteúdo criminoso considerado grave (terrorismo, incitação ao suicídio, discriminação, pornografia infantil, tráfico de pessoas e pedidos por golpe de Estado). A responsabilização ocorre, neste caso, se houver falha sistêmica, em que a plataforma deixa de adotar medidas adequadas de prevenção ou remoção dos conteúdos ilícitos, em violação do dever de atuar de forma responsável, transparente e cautelosa.

A ideia do governo Lula é criar uma regulamentação a partir das bases do que foi decidido pelo Supremo, com algu-

mas diferenças. Isso porque o STF entendeu que, enquanto o Congresso Nacional não editar nova lei sobre o tema, a plataforma será responsabilizada civilmente pelos danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros em casos de crimes em geral ou atos ilícitos se, após receber um pedido de retirada, deixar de remover o conteúdo. A regra também vale para os casos de contas denunciadas como falsas.

Avisão do Palácio do Planalto é de que as plataformas digitais não fazem o que está ao seu alcance para proteger o cidadão, embora lucrem com os usuários. O tema da regulação parecia fadado ao fracasso, até que houve uma virada na direção dos ventos, após o abuso infantil se tornar um dos assuntos mais comentados do País em razão de um vídeo viral do influenciador Felca denunciando pedófilos. Lula quer aproveitar a oportunidade.

Monitoramento
Redes sociais precisarão
criar mecanismos para
garantir a responsáveis
controle de interações

PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. O projeto elaborado pelo Ministério da Justiça (MJ) – o outro foi feito pela Fazenda – tem uma seção específica para proteção de crianças e adolescentes e um foco transversal em golpes e fraudes, que preocupam o governo por atingir, sobretudo, a economia popular. O texto não trata de desinformação, e exclui crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) do rol de temas que podem ser removidos por notificação. No antigo “PL das Fake News”, o projeto 2.630 que fracassou perto de ser votado no Congresso, a preocupação com uma eventual “censura” das redes desgastou a proposta, o que agora o governo Lula quer evitar.

O texto exige que contas de adolescentes de até 16 anos sejam vinculadas a de adultos responsáveis, nos mesmos termos que o projeto de lei 2.628/2022, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que trata da proteção de crianças e adolescentes de abu-



Operação da PF contra pornografia infantil; texto mira prevenção

Salva mais

Entre os deveres dos fornecedores de serviços digitais previstos pela proposta do MJ, segundo relato de pessoas envolvidas na discussão, estão:

- Instituição de SAC (serviço de atendimento ao cliente);
- Canal de denúncias;
- Termos de uso;
- Combate a dark patterns (mecanismos de design de interfaces digitais que manipulam os usuários);
- Identificação de contas au-

tomatizadas;

- Proteção de dados;
- Restrição de autoplay em vídeos;
- Medidas de segurança e transparência.

● **Exploração sexual**
Há também a previsão para repositórios de anúncios, obrigação para combater abuso e exploração sexual infantil e outros crimes graves, avaliação de risco sistêmico, protocolo de crise e relatórios de transparência. Uma seção para a garantia de direitos de crianças e adolescentes consta no anteprojeto.

so no ambiente digital – e tem previsão de votação hoje (*Mais informações na página A20*).

Em redes sociais usadas por pessoas de todas as idades, em que se oferta “conteúdo de terceiros a um número potencialmente ilimitado de pessoas por meio de contas conectadas”, as plataformas devem impedir a criação de contas para crianças, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Consta também uma proibição geral para cria-

ção de contas próprias de crianças e adolescentes em serviços de intermediação de acomodações, locações e meios de hospedagem, apostas e jogos online, conteúdo pornográfico e intermediação de acompanhantes.

As redes sociais precisarão criar mecanismos para garantir aos adultos responsáveis uma espécie de controle parental, em que seja possível monitorar e intermediar o uso de redes pelo usuário mirim.

OUTROS PONTOS PREVISTOS

NOS PROJETOS. A proposta do Ministério da Justiça é uma espécie de Código de Defesa do Consumidor para usuários na internet. O texto propõe medidas de mitigação de riscos de acordo com o serviço digital oferecido e se volta mais ao direito do consumidor do que à punição às plataformas. Visa, por exemplo, a dar maior transparência às informações aos usuários de redes sociais, como termos de uso e identificação de publicidade.

Também obriga as empresas a empregarem medidas proativas para remover conteúdo que constitua crime grave, como exploração sexual infantil, terrorismo e incitação ao suicídio ou à automutilação, sobretudo de crianças e adolescentes. Há hipóteses em que as companhias devem retirar publicações do ar mediante notificação extrajudicial, como publicidade enganosa ou abusiva. O foco na proteção à criança e ao adolescente, bandeira da gestão da secretária Lílian Cintra de Melo, influenciou na elaboração da nova proposta – e pode ajudar a encontrar consenso junto à oposição bolsonarista, também simpática ao tema.

No caso do texto da Fazenda, se amplia sobretudo o poder do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para investigar e definir novas obrigações para as empresas. A ideia é combater, por exemplo, eventuais monopólios na oferta de serviços, anúncios ou buscas e outras formas de abuso de poder.

O órgão, segundo o texto em discussão, terá atribuição de enquadrar as empresas na categoria de “sistematicamente relevantes”, considerando aspectos como poder de mercado, acesso a grandes volumes de dados pessoais e comerciais relevantes, futuro e número significativo de usuários.

A Fazenda entende que países ao redor do mundo têm tido sucesso em criar jurisdições sobre a necessidade de alterações na legislação e na prática do direito concorrencial, bem como sobre a adoção de novos instrumentos regulatórios pró-competitivos. Um dos modelos tidos como referência é o europeu Digital Markets Act (DMA). ●

Outros Veículos
Notícias das Praias



**Prefeitos do Litoral Norte e secretário de Estado se reúnem
para tratar da duplicação da Rio-Santos, no trecho entre
Caraguatatuba e Ubatuba**

Moradores, veranistas e comerciantes reivindicam que projeto, antes de ser executado, seja aprovado em audiências públicas

Leia a matéria completa [aqui](#).

Outros Veículos
Rock News Litoral



Caraguatatuba discute programa de recuperação do jundu em audiência pública

Na noite de segunda-feira (18), a Câmara Municipal de Caraguatatuba recebeu audiência pública sobre o Programa de Recuperação do Jundu, ecossistema nativo essencial para a proteção da faixa litorânea.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículos

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miao

Diário Caiçara

Tamoios News



Caraguatatuba acolhe população em situação de rua com evento 'Semas em Ação'

A 1ª edição do “Semas em Ação” reuniu diversos serviços gratuitos voltados à população em situação de rua. O evento foi realizado na terça-feira (19) no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via instagram https://www.instagram.com/p/DNI08_0S-74/?hl=pt

Veículo
(Crossmidia)
Boca no Trombone



**Caraguatatuba promove
cuidado e dignidade com o
evento 'Semas em Ação'**

💙 Caraguatatuba acolhe com dignidade! 🙌🌟

A 1ª edição do Semas em Ação reuniu serviços gratuitos para a população em situação de rua: saúde, corte de cabelo, vacinas, atividades culturais, música e muito mais. 🌟

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miao

Jornal Massaguaçu

Outros Veículos

A Canoa Digital



Caraguatatuba realiza Semana de Prevenção às Deficiências

De acordo com o último censo realizado em 2022, o Brasil tem 14,4 milhões (7,3%) pessoas com deficiência (PcDs), que podem ser física, auditiva, visual intelectual, múltipla, psicossocial, transtorno do espectro autista, entre outras.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miau

Radar Litoral

Outros Veículos

Agora Vale



Caraguá reforça linhas de ônibus em bairros da zona sul e passa de 38 para 50 viagens diárias

Desde o dia 11 de agosto, a Prefeitura de Caraguatatuba implementou reforço nos horários das linhas 102 – Morro do Algodão via Pontal/Golfinho e linha 103 – Morro do Algodão, em dias úteis. Antes da implementação, as duas linhas eram atendidas por quatro coletivos, e agora são cinco veículos, o que aumentou 31% na oferta de viagens nas duas linhas, passando de 38 para 50 viagens diárias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Outros Veículos
Rock News Litoral



Caraguá reforça linhas de ônibus na zona sul e amplia viagens diárias

Desde o dia 11 de agosto, a Prefeitura de Caraguatatuba reforçou os horários das linhas 102 – Morro do Algodão via Pontal/Golfinho e 103 – Morro do Algodão, em dias úteis.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miao

Tamoios News

Jornal do Litoral

Outros Veículos

Noticias das Praias

TV Thati



Polícia Ambiental realiza operação de controle de invasões e degradação em áreas de restinga em Caraguatatuba

Nesta quarta-feira (20), foi realizada uma operação voltada ao controle de áreas invadidas e ao crescimento desordenado que contribuem para a degradação ambiental, afetando as vegetações de restinga, ecossistema característico do bioma da Mata Atlântica. A ação foi conduzida na área conhecida como “Núcleo de Invasão Bromélias” no bairro Pegorelli, situada em Caraguatatuba- SP.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmídia)
Diário Caiçara



Reunião do Conselho Rural e da Pesca de Caraguatatuba apresenta programas e orientações para fortalecimento do setor

A reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca, promovida pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Caraguatatuba, foi realizada na terça-feira (19/8). O encontro reuniu 19 participantes entre representantes do poder público, sociedade civil organizada e órgãos de fomento às atividades agropecuária e pesqueira.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via instagram https://www.instagram.com/p/DNlyvZpS_d9/?hl=pt

Outros Veículos
Notícias das Praias



**Caraguatatuba promove palestras na Semana Municipal de
Prevenção às Deficiências. Confira a programação:**

De acordo com o último censo realizado em 2022, o Brasil tem 14,4 milhões (7,3%) pessoas com deficiência (PcDs), que podem ser física, auditiva, visual intelectual, múltipla, psicossocial, transtorno do espectro autista, entre outras.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Outros Veículos
Rock News Litoral



Caraguatatuba intensifica vacinação contra febre amarela

De 23 de agosto a 27 de setembro, aos sábados, um posto fixo será disponibilizado para ofertar vacinas à população na Praça do Coreto, no Centro da Cidade, das 8h às 16h.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
(Crossmídia)
Diário Caiçara



GCM de Caraguatatuba apreende menor com drogas e captura procurado pela Justiça em ações distintas

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba realizou duas ocorrências de destaque em diferentes bairros, reforçando a atuação no combate ao crime e no cumprimento da lei.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via instagram

https://www.instagram.com/p/DNmRpPUNR5q/?hl=pt&img_index=1

Outros Veículos
Rock News Litoral



GCM detém menor por tráfico de drogas em Caraguatatuba

Durante patrulhamento da Ronda Escolar nos arredores do CIASE Travessão, a Guarda Civil Municipal abordou dois jovens em atitude suspeita.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Denuncie Aqui



Madrugada de terror em Caraguatatuba!

Um motorista de aplicativo e seu passageiro viveram momentos de pânico neste sábado (16), no Centro da cidade. Por volta das 5h40, na Av. Dr. Altino Arantes, eles foram rendidos por um bandido armado — e logo em seguida outros cinco comparsas apareceram para reforçar o assalto.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Mais de 500 porções de cocaína são encontradas em casa de veraneio em Caraguatatuba

A Polícia Militar apreendeu uma grande quantidade de entorpecentes na manhã desta quarta-feira (20) no bairro Jaraguazinho, em Caraguatatuba. A ação foi desencadeada após uma denúncia anônima feita ao número 190, relatando movimentação suspeita em uma residência de veraneio.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Outros Veículos

Repórter Online Litoral via Instagram



Esporte e Turismo

Veículo

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miao

Diário Caiçara

Jornal Agora Litoral Norte

Radar Litoral

Rádio Morada

Outros Veículos

Repórter Online Litoral

Fala Caragua



Caraguatatuba recebe 5ª edição do Cocanha Open de Beach Tennis com mais de 500 inscritos neste fim de semana

A Praia da Cocanha e a Arena Nacional, em Caraguatatuba, recebem no fim de semana (22 a 24 de agosto), a 5ª edição do Cocanha Open de Beach Tennis, um dos maiores torneios da modalidade no Litoral Norte. O evento já conta com mais de 500 inscritos de diferentes regiões do estado e do Brasil. Uma referência esportiva e turística do município.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Outros Veículos

Repórter Online Litoral via Instagram



ESPORTE

Caraguatatuba recebe 5ª edição do Cocanha Open de Beach Tennis com mais de 500 inscritos neste fim de semana

Portal ROL | Sua Fonte de Informações no Litoral Norte | SAIBA MAIS
Link | na BIO ou Story | www.reporteronlinelitoral.com.br



Veículo
(Crossmidia)
Studio Web - Rádio do Miau
Outros Veículos
Fala Caragua



Caraguatatuba disputa finais estaduais do JEESP em Águas de Lindóia

A Escola Estadual Ismael Iglesias, de Caraguatatuba, alcançou um feito histórico ao garantir vaga na grande final estadual dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP), que será realizada nesta quarta-feira (20), em Águas de Lindóia. A unidade de ensino representa o município em duas modalidades, Volei Feminino Sub-14 e Xadrez Masculino.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

(Crossmídia)

Studio Web - Rádio do Miao

Jornal Massaguaçu

Outros Veículos

Repórter Online Litoral

Fala Caragua



Atletas de Caragatatuba conquistam 18 medalhas na terceira etapa do Circuito Paulista de Jiu-Jitsu

Caragatatuba brilhou mais uma vez no cenário esportivo estadual. No último sábado (14), atletas do município participaram da terceira etapa do Circuito Paulista de Jiu-Jitsu, realizado em Barueri (SP). O desempenho rendeu 18 medalhas, oito de ouro, quatro de prata e seis de bronze.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via Instagram <https://www.instagram.com/p/DNnhfOVNmOV/?hl=pt>

Acesse também via Facebook

https://www.facebook.com/jornalmassaguacu?locale=pt_BR

Veículo
Expressão Caiçara via Instagram



→  Confira a matéria completa no site

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Notícias do Litoral Norte via Instagram



Irmãos Richard e Breno Gomes são campeões do BT10 em São Sebastião

🏆 *Dois irmãos, um sonho e uma conquista inesquecível. Richard e Breno Gomes, de Caraguatatuba, levantaram jo troféu do BT10 de Beach Tennis, disputado na Praia do Arrastão, em São Sebastião. Mais que pontos no ranking mundial, eles conquistaram algo que vai muito além: a realização de um desejo da família, que sempre sonhou em ver os dois lado a lado em quadra*

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo
(Crossmídia)
Diário Caiçara



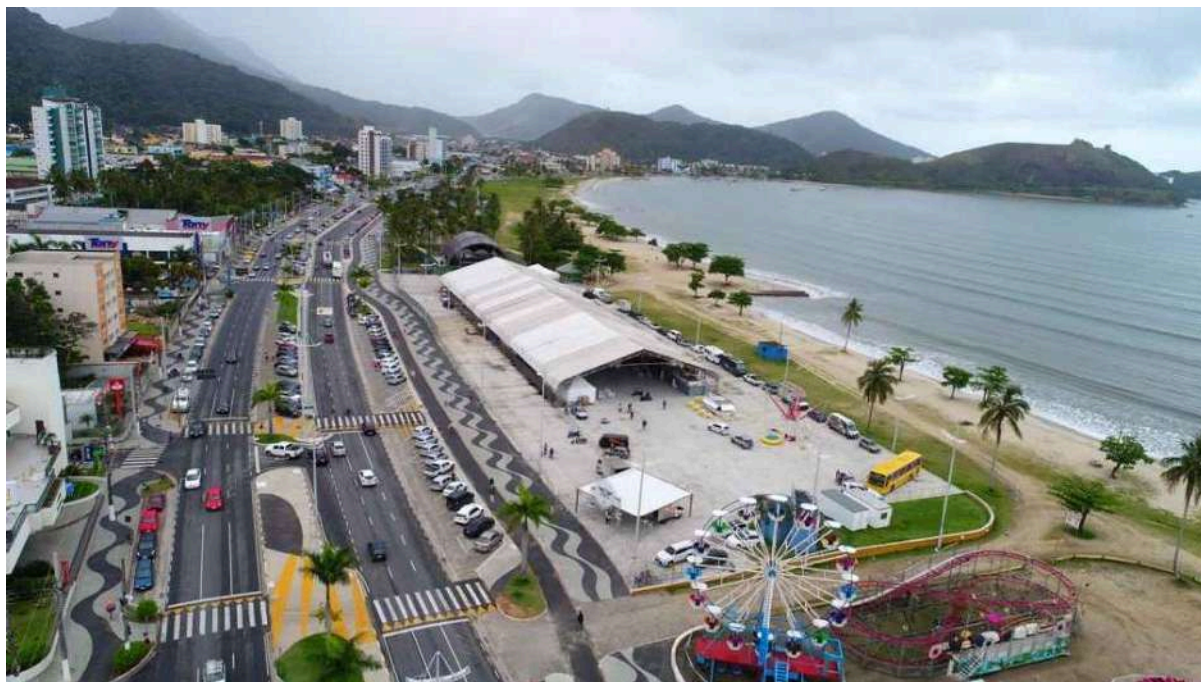
Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta (21) em Caraguatatuba

Tem início nesta quinta-feira (21/8), às 13h30, na Praça da Cultura, no Centro de Caraguatatuba, a Feira de Economia Criativa e Caiçara 2025. Com entrada gratuita, o evento segue até domingo (24/8), e prevê mais de 30 atrações culturais, com shows musicais e apresentações tradicionais, além de stands de expositores, gastronomia regional, atividades para as crianças e ações voltadas à inclusão e acessibilidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Acesse também via instagram <https://www.instagram.com/p/DNldEFgNIsi/?hl=pt>

Veículo
(Crossmídia)
Notícias do Litoral Norte



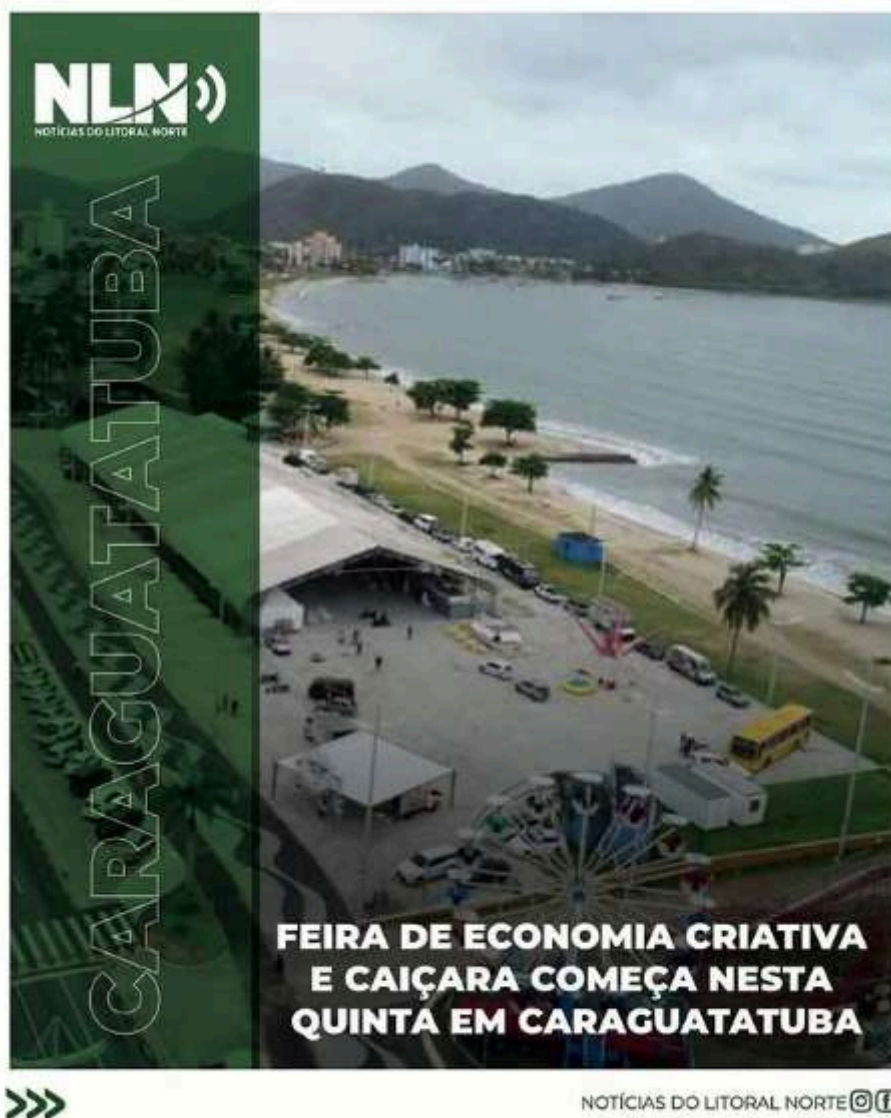
Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta em Caraguatatuba

Tem início nesta quinta-feira (21), às 13h30, na Praça da Cultura, no Centro de Caraguatatuba, a edição 2025 da Feira de Economia Criativa e Caiçara. Com entrada gratuita, o evento segue até domingo (24) e reúne mais de 30 atrações culturais, incluindo shows musicais, apresentações tradicionais, gastronomia regional, stands de expositores, atividades infantis e ações voltadas à inclusão e acessibilidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Notícias do Litoral Norte via Instagram



Feira de economia criativa e caiçara começa nesta quinta Caraguatatuba

Cultura, música e tradição em um só lugar!

A Feira de Economia Criativa e Caiçara 2025 começa nesta quinta-feira (21), às 13h30, na Praça da Cultura, em Caraguatatuba, e segue até domingo (24).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
(Crossmídia)
Jornal Leia

JORNAL
leia

NOTÍCIAS

Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta em Caraguá

20 de agosto | 2025



Feira de Economia Criativa e Caiçara começa nesta quinta em Caraguá

CULTURA | A Feira de Economia Criativa e Caiçara 2025 começa nesta quinta-feira (21), às 13h30, na Praça da Cultura, no Centro de Caraguatatuba. Com entrada gratuita, o evento vai até domingo (24) e contará com mais de 30 atrações culturais, incluindo shows musicais e apresentações tradicionais. O público também poderá conferir stands de expositores, gastronomia regional, atividades para crianças e ações voltadas à inclusão e acessibilidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagens Passadas

20.08.2025

Reportagem no programa Jornal Vanguarda.

Pauta: Polícia derruba construções irregulares em área ambiental.



Acesse a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

01.07.2025

Entrevista com a Vereadora, Vilma Teixeira, para a TV Câmara.

Pauta: Câmara entrega Título de Cidadão Caraguatatubense a Dilton Alves Anselmo



Assista à reportagem completa [aqui](#).